STJ00100210 - v.1

FÁBIO ULHOA COELHO

Professor Titular de Direito Comercial
da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Curso de Direito Comercial

direito de empresa

VOLUME 1

19ª edição

2015

100 ANOS
Saraiva

STJ00100210 - v.1

Editora Saraiva

Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909
PABX: (11) 3613 3000
SAC: 0800 011 7875
De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial *Luiz Roberto Curia*
Gerência executiva *Rogério Eduardo Alves*

Gerência editorial *Thais de Camargo Rodrigues*
Editoria de conteúdo *Eveline Gonçalves Denardi*
Assistência editorial *Bruna Gimenez Baoni*

Coordenação geral *Clarissa Baraschi Maria*
Preparação de originais *Maria Izabel Barreiras Bitencourt Bressan e Ana Cristina Garcia (coords.)*
Arte e diagramação *Mônica Landi*
Revisão de provas *Amélia Kassis Ward e Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)*
Serviços editoriais *Elaine Cristina da Silva*
Kelli Priscila Pinto
Guilherme Henrique M. Salvador
Capa *Conexão Editorial*

Produção gráfica *Marli Rampim*
Impressão *Prol Editora Gráfica*
Acabamento *Prol Editora Gráfica*

ISBN 978-85-02-02563-9 obra completa
ISBN 978-85-02-61932-6 volume 1

Coelho, Fábio Ulhoa
Curso de direito comercial, volume 1 : direito de empresa / Fábio Ulhoa Coelho. — 19. ed. — São Paulo : Saraiva, 2015.

1. Direito comercial I. Título.

CDU-347.7

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito comercial 347.7

Data de fechamento da edição: 31-10-2014

Dúvidas?
Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.
A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal

107.801.019.001 | 968120

ÍNDICE

Nota 15

Primeira Parte
EMPRESA E ESTABELECIMENTO

Capítulo 1
O DIREITO COMERCIAL E A DISCIPLINA DA ATIVIDADE ECONÔMICA

1. Introdução 19
2. O Estado, a economia e o direito no início do século XXI 21
3. Disciplina privada da atividade econômica 23
4. O sistema francês (teoria dos atos de comércio) 28
5. O sistema italiano (teoria da empresa) 32
6. Filiação do direito brasileiro ao sistema francês em 1850 36
7. Aproximação do direito brasileiro ao sistema italiano 39
8. Do direito comercial ao direito empresarial 43
9. O conhecimento tecnológico do direito 45
10. O direito e as externalidades 48
11. O custo do direito para a atividade empresarial 52
12. Direito comercial como direito-custo 56

Capítulo 2
OS PRINCÍPIOS DO DIREITO COMERCIAL

1. Classificação dos princípios do direito comercial 63
2. Princípio da liberdade de iniciativa 64
   2.1. Os dois vetores do princípio da liberdade de iniciativa 67
   2.2. A liberdade de iniciativa na ordem constitucional brasileira 68
   2.3. Desdobramentos do princípio da liberdade de iniciativa. 69
3. Princípio da liberdade de concorrência 72
4. Princípio da função social da empresa 75
5. Princípio da liberdade de associação 76

6. Princípio da preservação da empresa 79
7. Princípio da autonomia patrimonial da sociedade empresária ... 80
8. Princípio da subsidiariedade da responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais 83
9. Princípio da limitação da responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais 84
10. Princípio majoritário nas deliberações sociais 86
11. Princípio da proteção do sócio minoritário 88
12. Princípio da autonomia da vontade 88
13. Princípio da vinculação dos contratantes ao contrato 90
14. Princípio da proteção do contratante mais fraco 92
15. Princípio da eficácia dos usos e costumes 95
16. Princípios do direito cambiário 95
17. Princípio da inerência do risco 97
18. Princípio do impacto social da crise da empresa 98
19. Princípio da transparência nos processos falimentares 99
20. Princípio do tratamento paritário dos credores 100
21. Princípio da legalidade e a exploração da atividade empresarial 100

Capítulo 3

A DISCIPLINA DA ATIVIDADE EMPRESARIAL E A GLOBALIZAÇÃO

1. As vantagens competitivas decorrentes do marco regulatório .. 104
2. Princípios do direito do comércio internacional 106
3. Integração econômica e a cláusula social 108
4. Processo de integração econômica regional 109
4.1. Harmonização do direito 113
4.2. Harmonização do direito comercial 116

Capítulo 4

O EMPRESÁRIO

1. Introdução 126
2. Sociedade empresária 127
3. Obrigações gerais dos empresários 129
4. Registro de empresas 129
4.1. Órgãos do registro de empresas 131
4.2. Atos do registro de empresas 133
4.3. Procedimentos e regimes 134

4.4. Consequências da falta do registro: sociedade empresária irregular 137
4.5. Empresário rural e pequeno empresário 138
4.6. Inatividade da empresa 140
5. Escrituração 141
5.1. Espécies de livros 144
5.2. Regularidade na escrituração 146
5.3. Processos de escrituração 147
5.4. Extravio e perda da escrituração 148
5.5. Exibição dos livros 149
5.6. Eficácia probatória dos livros mercantis 151
5.7. Consequências da falta de escrituração 153
5.8. Escrituração da microempresa e empresa de pequeno porte 155
6. Demonstrações contábeis periódicas 156
7. Empresário individual 159
7.1. Exercício individual da empresa 159
7.2. EIRELI 161
7.3. Transformação de registro 162

Capítulo 5

ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL

1. Conceito de estabelecimento empresarial 164
2. Natureza do estabelecimento empresarial 167
3. Elementos do estabelecimento empresarial 168
4. A proteção ao ponto: locação empresarial 170
4.1. Requisitos da locação empresarial 171
4.2. Exceção de retomada 174
4.3. Ação renovatória 177
4.4. Indenização do ponto 178
5. *Shopping center* 180
6. Alienação do estabelecimento empresarial 184
6.1. A questão da sucessão 185
6.2. Trespasse e locação empresarial 189
6.3. Cláusula de não restabelecimento 191
7. Franquia 193
7.1. Circular de oferta de franquia 195
7.2. Registro da franquia 200

Capítulo 6

PROPRIEDADE INDUSTRIAL

1. Introdução 202
2. Bens da propriedade industrial 204

2.1. Segredo de empresa 208
2.2. Marcas coletivas e de certificação 209
3. A propriedade intelectual 211
3.1. Diferenças entre o direito industrial e o direito autoral .. 212
3.2. Desenho industrial e obra de arte 215
4. Patenteabilidade 218
4.1. Novidade 218
4.2. Atividade inventiva 220
4.3. Industriabilidade 222
4.4. Desimpedimento 223
5. Registrabilidade 225
5.1. Registro de desenho industrial 225
5.2. Registro de marca 226
6. Processo administrativo no INPI 231
6.1. Pedido de patente 233
6.2. Pedido de registro de desenho industrial 235
6.3. Pedido de registro de marca 236
6.4. Prioridade 237
7. Exploração da propriedade industrial 238
7.1. Licença de direito industrial 239
7.2. Cessão de direito industrial 241
7.3. *Secondary meaning* e degeneração de marca notória 242
8. Extinção do direito industrial 245
9. Nome empresarial 247
9.1. Espécies de nome empresarial 249
9.2. Formação e proteção do nome empresarial 251
9.3. Diferenças entre nome empresarial e marca 252
10. Título de estabelecimento 255

CAPÍTULO 7

DISCIPLINA JURÍDICA DA CONCORRÊNCIA

1. Princípio constitucional da livre-iniciativa 256
2. Concorrência desleal 260
2.1. Classificação da concorrência desleal 261
2.2. Modalidades de concorrência desleal específica 262
2.3. Repressão civil 265
2.4. Repressão penal 268
3. Infração da ordem econômica 270
3.1. Órgãos administrativos de repressão às infrações 273
3.2. Natureza da competência do CADE 274
4. Caracterização da infração da ordem econômica 278

4.1. Irrelevância da culpa 280
4.2. Prejuízo à livre concorrência ou livre-iniciativa 283
4.3. Mercado relevante 285
4.4. Aumento arbitrário de lucros 287
4.5. Abuso de posição dominante 288
4.6. Paralelismo de preços ou conduta 289
5. Condutas infracionais 292
6. Sanções por infração da ordem econômica 308
7. Controle preventivo dos atos de concentração empresarial 310
8. Comprovação da concorrência ilícita 311
9. Disciplina contratual da concorrência 315

Capítulo 8

A ATIVIDADE EMPRESARIAL E A QUALIDADE DO FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS

1. Fornecimento sem qualidade 318
1.1. Falta de qualidade por periculosidade 318
1.2. Falta de qualidade por defeito 320
1.3. Falta de qualidade por vício 324
1.4. Teoria da qualidade 324
2. Superamento do princípio da culpabilidade 326
3. Superamento do princípio da relatividade 329
4. Fornecimento perigoso 333
4.1. Riscos normais e previsíveis 333
4.2. Alto grau de periculosidade ou nocividade 335
5. Periculosidade do fornecimento e informação do consumidor. 337
5.1. Dever de informar sobre riscos de consumo 338
5.2. Adequabilidade e suficiência das informações sobre riscos de produtos e serviços 341
6. Risco de desenvolvimento 342
6.1. Dever de pesquisar 343
6.2. Estado da arte 347
7. Fornecimento defeituoso 349
7.1. Classificação dos fornecedores 351
7.2. Responsabilidade do fabricante, produtor, construtor e importador 352
7.3. Responsabilidade do comerciante 355
7.4. Responsabilidade do prestador de serviços 356
7.5. Responsabilidade dos profissionais liberais 358
8. Fornecimento viciado 359
8.1. Impropriedade nos produtos e serviços 361

8.2. Superação da teoria tradicional dos vícios redibitórios .. 363
8.3. Perdas e danos por fornecimento viciado 365
9. Direitos do consumidor na solução dos vícios 366
9.1. Vício de qualidade ou de quantidade no produto 367
9.2. Vício de qualidade no serviço 369
9.3. Decadência do direito de reclamação por vício 371
10. Relações interempresariais e qualidade do fornecimento..... 372
10.1. Direito de regresso 373
10.2. Responsabilidade do sucessor 374
10.3. Responsabilidade do licenciador de direito industrial... 376
10.4. Responsabilidade do *merchandisor* 377
10.5. Responsabilidade do franqueador 378
10.6. Sociedades controladas, consorciadas, coligadas e integrantes de grupo 379

CAPÍTULO 9

A ATIVIDADE EMPRESARIAL E A PUBLICIDADE

1. A publicidade e a tutela do consumidor 381
2. A autorregulação publicitária 386
2.1. Âmbito de abrangência do sistema de autorregulação 386
2.2. Sanções do sistema de autorregulação 388
3. Publicidade simulada 391
4. Publicidade enganosa 395
4.1. Falsidade e enganosidade 396
4.2. Caracterização da publicidade enganosa 398
4.3. Consumidor padrão 399
4.4. Conteúdo da mensagem 401
4.5. Princípio da veracidade, princípio da transparência e enganosidade por omissão 404
5. Publicidade abusiva 407
5.1. Abuso por discriminação 407
5.2. Abuso por incitação à violência 409
5.3. Abuso por exploração do medo e superstição 410
5.4. Abuso na publicidade dirigida a crianças 410
5.5. Abuso por desrespeito aos valores ambientais 411
5.6. Abuso por indução a conduta nociva à saúde ou segurança do consumidor 412
5.7. Caracterização da publicidade abusiva 413
5.8. Agressão aos valores da sociedade 415
5.9. Valores sociais e questões individuais 417
6. *Publicity* 420

7. Responsabilidade civil do anunciante 422
8. Responsabilidade administrativa do anunciante 424
8.1. Efetividade da contrapropaganda 427
8.2. Natureza da responsabilidade administrativa do anunciante 429
9. Responsabilidade penal do anunciante 429
9.1. Elementos do tipo do art. 67 do CDC 430
9.2. Crime formal e crime material de publicidade enganosa .. 431
10. Responsabilidade da agência de propaganda e do veículo de comunicação 433
11. Publicidade comparativa 435

Segunda Parte
TÍTULOS DE CRÉDITO

Capítulo 10
TEORIA GERAL DOS TÍTULOS DE CRÉDITO

1. Conceito de títulos de crédito 443
2. Princípios do direito cambiário 445
2.1. Cartularidade 446
2.2. Literalidade 448
2.3. Autonomia 449
2.3.1. Abstração 451
2.3.2. Inoponibilidade 452
3. Natureza da obrigação cambial 453
4. Classificação dos títulos de crédito 455
5. Títulos de crédito no Código Civil de 2002 458
6. A informática e o futuro do direito cambiário 458

Capítulo 11
CONSTITUIÇÃO E EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO CAMBIÁRIO

1. Introdução 461
2. Saque da letra de câmbio 464
2.1. Requisitos da letra de câmbio 466
2.2. Cláusula-mandato 469
2.3. Título em branco ou incompleto 471
3. Aceite da letra de câmbio 471
3.1. Recusa parcial do aceite 473
3.2. Cláusula não aceitável 474

4. Endosso da letra de câmbio 475
4.1. Endosso impróprio 477
4.2. Endosso e cessão civil de crédito 480
4.3. Circulação cambial e o Plano Collor 482
5. Aval da letra de câmbio 484
5.1. Avais simultâneos 487
5.2. Aval e fiança 489
5.3. Aval e garantias extracartulares 489
6. Vencimento 491
7. Pagamento 493
7.1. Prazo para apresentação 494
7.2. Cautelas no pagamento 496
8. Protesto 497
8.1. Protesto por falta de pagamento 498
8.2. Pagamento em cartório 499
8.3. Cancelamento do protesto 500
9. Ação cambial 501

Capítulo 12
NOTA PROMISSÓRIA

1. Requisitos da nota promissória 504
2. Regime jurídico da nota promissória 505

Capítulo 13
CHEQUE

1. Conceito de cheque 508
1.1. Circulação do cheque 511
1.2. Modalidades 512
1.3. Prazo de apresentação 515
2. Cheque pós-datado 516
3. Sustação do cheque 519
4. Cheque sem fundos 521
4.1. Ações cambiais 522
4.2. Encargos do emitente 524
4.3. Repressão ao uso de cheque sem fundos 524

Capítulo 14
DUPLICATA

1. Introdução 527
2. Causalidade da duplicata mercantil 529
3. Aceite da duplicata mercantil 531
4. Protesto da duplicata mercantil 534

4.1. Protesto por indicações 535
4.2. Triplicata 536
5. Execução da duplicata mercantil 536
5.1. Juros e correção monetária 538
5.2. Executividade da duplicata em meio eletrônico 539
6. Títulos de crédito por prestação de serviços 542

Capítulo 15
OUTROS TÍTULOS DE CRÉDITO

1. Títulos de crédito impróprios 545
1.1. Categorias de títulos de crédito impróprios 545
1.2. Títulos armazeneiros 548
2. Títulos de crédito sujeitos ao Código Civil 550
2.1. Títulos de crédito não regulados 550
2.2. Títulos de crédito atípicos (ou inominados) 553
3. Títulos bancários 555
3.1. Títulos de financiamento de atividade econômica 556
3.2. Cédula de crédito bancário 558
4. Títulos do agronegócio 560
4.1. O suporte dos títulos do agronegócio 562
4.2. Cédula de Produto Rural (CPR) 564
4.2.1. Cédula de Produto Rural Física 565
4.2.2. Cédula de Produto Rural Financeira 567
4.2.3. CPR como instrumento de investimento 568
4.3. Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e *Warrant* Agropecuário (WA) 569
4.4. Refinanciamento do agronegócio e Securitização 572
4.4.1. Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) 573
4.4.2. Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) 574
4.4.3. Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) 575
4.5. Nota Comercial do Agronegócio (NCA) 576

Índice alfabético-remissivo 577

Bibliografia 587

STJ00100211 - v.2

FÁBIO ULHOA COELHO

Professor Titular de Direito Comercial
da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Curso de Direito Comercial

direito de empresa

VOLUME 2

19ª edição
2015

100 ANOS
Saraiva

STJ00100211 - v.2

Editora Saraiva

Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909
PABX: (11) 3613 3000
SAC: 0800 011 7875
De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial *Luiz Roberto Curia*
Gerência executiva *Rogério Eduardo Alves*

Gerência editorial *Thais de Camargo Rodrigues*
Editoria de conteúdo *Eveline Gonçalves Denardi*
Assistência editorial *Bruno Gimenez Boani*

Coordenação geral *Clarissa Boraschi Maria*
Preparação de originais *Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bresson e Ana Cristina Garcia (coords.)*

Arte e diagramação *Jessica Siqueira*
Revisão de provas *Amélia Kassis Ward e Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.) Rita de Cassia S. Pereira*
Serviços editoriais *Elaine Cristina da Silva Kelli Priscila Pinto Surane Vellenich*
Capa *Conexão Editorial*

Produção gráfica *Marli Rampim*
Impressão RR Donnelley
Acabamento RR Donnelley

ISBN 978-85-02-02563-9 obra completa
ISBN 978-85-02-61935-7 volume 2

Coelho, Fábio Ulhoa
Curso de direito comercial, volume 2 : direito de empresa / Fábio Ulhoa Coelho. — 19. ed. — São Paulo : Saraiva, 2015.
1. Direito comercial I. Título.

CDU-347.7

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito comercial 347.7

Data de fechamento da edição: 15-10-2014

Dúvidas?
Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.
A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

108.766.019.001 968119

ÍNDICE

Nota 17

TERCEIRA PARTE
TEORIA GERAL DAS SOCIEDADES

CAPÍTULO 16
INTRODUÇÃO AO DIREITO SOCIETÁRIO

1. As sociedades empresárias 21
2. Personalização das sociedades empresárias 25
   2.1. Natureza e conceito de pessoa jurídica 25
   2.2. Quadro geral das pessoas jurídicas 29
   2.3. Efeitos da personalização 32
   2.4. Início e término da personalização 34
   2.5. Limites da personalização 37
3. Classificação das sociedades empresárias 41
   3.1. Sociedades de pessoa ou de capital 42
   3.2. Sociedades contratuais e institucionais 43
   3.3. Sociedades pluripessoais e unipessoais 45
   3.4. Estabilidade ou instabilidade do vínculo 48
   3.5. Responsabilidade dos sócios 49
   3.6. Sociedade de grande porte 51
4. Nacionalidade da sociedade 53

CAPÍTULO 17
DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

1. Introdução 55
2. A teoria da desconsideração 59
   2.1. Princípio da autonomia patrimonial 60

2.2. Aplicação correta da teoria da desconsideração 62
2.3. O pressuposto da licitude 65
2.4. Formulação objetiva da teoria da desconsideração 66
2.5. Desconsideração inversa 68
3. A aplicação incorreta da teoria da desconsideração 69
4. *Offshore companies* 70
5. A desconsideração no direito brasileiro 71
6. Aspectos processuais da teoria da desconsideração 78

Quarta Parte
A SOCIEDADE ANÔNIMA

Capítulo 18
INTRODUÇÃO

1. Alguma história 83
2. Conceito de sociedade anônima 87
3. Classificação das sociedades anônimas 90
4. Mercado de capitais 93
4.1. Comissão de Valores Mobiliários 96
4.2. Bolsas de valores 99
5. Nome empresarial 101
6. Essência mercantil 101

Capítulo 19
A AÇÃO

1. Valor da ação 103
1.1. Valor nominal 104
1.2. Valor patrimonial 106
1.3. Valor de negociação 108
1.4. Valor econômico 111
1.5. Preço de emissão 113
1.6. Diluição da participação acionária 117
1.7. Conclusão: o valor da ação 119
2. Classificação 120
2.1. Espécies 120
2.1.1. Ações preferenciais 121
2.1.2. Restrição ao direito de voto 124

2.1.3. Desprestígio das ações preferenciais 128
2.1.4. Ações de fruição 129
2.2. Forma 131
2.3. Classe 133
3. Emissão e subscrição 135
4. Circulação 139
4.1. Ações não integralizadas 140
4.2. Negociação com as próprias ações 142
4.3. Suspensão da circulação 146
4.4. Cancelamento da ação 148
4.4.1. Cancelamento como objetivo 148
4.4.2. Cancelamento como efeito 150
5. Certificado de ações 152
6. Depósito ou custódia de ações 155
7. Oneração das ações 157

Capítulo 20

VALORES MOBILIÁRIOS

1. Introdução 160
1.1. Conceito de valor mobiliário 161
1.2. Valor mobiliário e títulos de crédito 163
2. Debêntures 166
2.1. Operacionalização 168
2.2. Espécies de debêntures 170
2.3. Debêntures perpétuas 172
2.4. Agente fiduciário dos debenturistas 174
3. Bônus de subscrição 176
4. Partes beneficiárias 177
5. *Commercial paper* 179
6. ADR e BDR 179

Capítulo 21

CAPITAL SOCIAL

1. Função do capital social 182
2. Formação do capital social 185
2.1. Capital social e reserva de capital 187
2.2. A mora do acionista 189
3. Aumento do capital social 192

3.1. Aumento de capital sem novos recursos 194
3.2. Capital autorizado 195
3.3. Opção de compra de ações 196
4. Redução do capital social 198
5. A subcapitalização 199

Capítulo 22

CONSTITUIÇÃO

1. Requisitos preliminares 203
2. Constituição por subscrição pública 205
2.1. Registro da emissão 206
2.2. Colocação das ações 209
2.3. Assembleia de fundação 212
3. Constituição por subscrição particular 213
4. Providências complementares 214
5. Abertura e fechamento do capital 216

Capítulo 23

ÓRGÃOS SOCIETÁRIOS

1. Introdução 219
2. Assembleia geral 222
2.1. Espécies de assembleia geral 225
2.2. Convocação 227
2.2.1. Competência 227
2.2.2. Modo 229
2.3. *Quorum* de instalação e deliberação 231
2.4. Legitimação e representação 235
2.5. Procedimento 238
2.6. Ata 240
3. Conselho de administração 243
3.1. Modalidades de votação 245
3.2. Voto múltiplo 247
3.3. Eleição em separado 251
3.4. O mandato e sua interrupção 252
3.5. Formalidades 255
4. Diretoria 256
5. Conselho fiscal 257

6. Órgãos societários e centros de poder: a participação dos empregados 260

Capítulo 24

ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

1. Sistemas de administração da companhia 264
2. Os administradores 266
3. Regime jurídico do diretor 269
4. Deveres dos administradores 272
4.1. Diligência 273
4.2. Desvio de finalidade e lealdade 274
4.3. Informação ao mercado 277
5. Responsabilidade civil dos administradores 279
5.1. Sistemas de responsabilidade civil 280
5.2. Fundamento da responsabilidade objetiva 284
5.3. Natureza da responsabilidade dos administradores 288
5.4. Apuração e efetivação da responsabilidade dos administradores .. 291
5.5. Responsabilidade por ato de outro administrador 295
5.6. Administradores de instituições financeiras 298

Capítulo 25

RELAÇÕES DE PODER NA COMPANHIA

1. As posições dos acionistas 302
2. Acionista controlador 305
2.1. Organização do poder de controle 309
2.2. Responsabilidade do controlador por obrigações sociais 312
2.3. Abuso de poder de controle 313
2.4. Alienação de poder de controle 314
3. Estabilização das relações de poder: direitos essenciais 318
3.1. Participação no acervo 320
3.2. Fiscalização da administração 322
3.3. Direito à informação 324
3.4. Direito de preferência 326
3.5. Direito de recesso 328
3.5.1. Hipóteses de recesso 330
3.5.2. Valor do reembolso 334
4. Direito de voto 340
4.1. O voto do preferencialista 341

4.2. Exercício irregular 343
5. Acordo de acionistas 345
5.1. Acordo de acionistas e direito de voto 348
5.2. Representante do acordo 350
5.3. Executividade 350
6. Governança corporativa 351

Capítulo 26

RESULTADOS SOCIAIS

1. Demonstrações financeiras 355
2. Destinação dos resultados sociais 358
3. Participação dos acionistas nos lucros 359
4. Dividendo obrigatório 360
5. Dividendo preferencial 364
5.1. Dividendo fixo 364
5.2. Dividendo mínimo 368
5.3. Cumulatividade 369
5.4. Dividendo preferencial no mercado de capitais 370
6. Juros sobre o capital social 373
6.1. Juros sobre o capital não são dividendos 374
6.2. Imputação dos juros aos dividendos 377
6.3. A Deliberação n. 207 da CVM 379
7. Reservas de lucro 381

Quinta Parte

A SOCIEDADE LIMITADA E OUTROS TEMAS

Capítulo 27

NATUREZA E REGIME DA SOCIEDADE LIMITADA

1. Interesse social e interesses dos sócios 387
2. As relações entre os sócios 391
3. Alguma história 396
4. Legislação aplicável 397
5. A questão da natureza da sociedade limitada 400
5.1. Exame do contrato social 404
5.2. Contratualidade da natureza 405
6. Espécies de sociedade limitada 406
7. Sociedade limitada unipessoal (EIRELI) 409

CAPÍTULO 28

CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE LIMITADA

1. Contrato social 412
1.1. O contrato plurilateral 412
1.2. O vínculo societário contratual 416
2. Requisitos de validade 417
3. Pressupostos de existência 421
4. Cláusulas contratuais 422
5. Forma 424
6. Sociedade irregular 425
7. Alteração contratual 427
8. Constituição por transformação de registro 429

CAPÍTULO 29

DEVERES E RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

1. Integralização do capital social 430
1.1. Relação entre sócio e sociedade 431
1.2. Sócio remisso 432
2. Responsabilidade pelas obrigações sociais 434
2.1. Responsabilidade limitada 436
2.2. Responsabilidade ilimitada 438
2.3. Responsabilidade por irregularidades 441
2.4. Responsabilidade subsidiária 442
3. Dever de lealdade 445
4. Expulsão do sócio 447
4.1. Expulsão como sanção 447
4.2. Expulsão não sancionadora 450

CAPÍTULO 30

DIREITOS DO SÓCIO

1. Introdução 452
2. Participação nos resultados sociais 453
3. Lucro e *pro labore* 455
4. Participação nas deliberações sociais 456
4.1. Assembleia de sócios 457
4.2. Reunião de sócios 461

4.3. *Quorum* de deliberação 462
4.4. Direito de voto 464
4.5. Deliberações sociais na microempresa e empresa de pequeno porte 465
5. Fiscalização da administração 466
6. Direito de retirada 469
7. Direito de preferência 472

Capítulo 31

ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE LIMITADA

1. Diretoria 474
2. Responsabilidade do administrador 476
3. Responsabilidade tributária 478
4. Representação da sociedade 480
4.1. Teoria *ultra vires* 481
4.2. Condições de representação 484

Capítulo 32

DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA

1. Dissolução-procedimento 486
2. Dissolução-ato 487
2.1. Causas da dissolução 488
2.2. Regularidade fiscal 492
3. Liquidação e partilha 494
4. Dissolução parcial da sociedade limitada 496
4.1. Unipessoalidade temporária 498
4.2. Causas da dissolução parcial 500
4.3. Apuração de haveres e reembolso 504
4.4. Dissolução parcial judicial 506

Capítulo 33

TIPOS SOCIETÁRIOS MENORES

1. Normas gerais (sociedade simples) 509
2. Sociedade em comandita 510
2.1. Comandita simples 510
2.2. Comandita por ações 511
3. Sociedade em nome coletivo 512

STJ00100211 - v.2
4. Conta de participação 513

CAPÍTULO 34

RELAÇÕES ENTRE SOCIEDADES

1. Operações societárias 515
1.1. Procedimento 517
1.2. Direitos dos credores 519
1.3. Direito de recesso 521
2. Ligações societárias 522
3. Disciplina da concorrência 525
3.1. Atos de concentração 526
3.2. Poder de controle 529

Índice alfabético-remissivo 533

Bibliografia 541

STJ00109434 - V.3

FÁBIO ULHOA COELHO

Curso de Direito Comercial

DIREITO DE EMPRESA

Volume 3

• Contratos

• Falência e recuperação de empresas

19ª EDIÇÃO

Revisada, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS TRIBUNAIS™

STJ00109434 - V.3
SEAPE
347.7(81)
C672c
19. ed.
v.3
14.2

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais
Juliana Mayumi Ono
Gerente de Conteúdo
Milisa Cristine Romera

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira e Bárbara Baraldi Sabino

Produção Editorial
Coordenação
Andréia R. Schneider Nunes Carvalhaes

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Rafael Ribeiro e Thaís Pereira

Estagiárias: Tainá Luz Carvalho e Victória Menezes Pereira

Capa: Full Throttle

Adaptação de Capa: Carla Lemos

Controle de Qualidade da Diagramação: Carla Lemos

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVA

Nº	DATA
1021149	

Equipe de Conteúdo Digital
Coordenação
Marcello Antonio Mastrorosa Pedro

Analistas: Jonatan Souza, Luciano Guimarães, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica
Mauricio Alves Monte

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Coelho, Fábio Ulhoa

Curso de direito comercial, volume 3 : direito de empresa : contratos, falência e recuperação de empresas / Fábio Ulhoa Coelho. -- 19. ed. rev. atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5065-051-3

1. Direito comercial I. Título.
19-31969 CDU-347.7

Índices para catálogo sistemático:
1. Direito comercial 347.7
Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SEXTA PARTE

DIREITO DOS CONTRATOS

CAPÍTULO 35 – INTRODUÇÃO AO DIREITO DOS CONTRATOS 16

1. OS CONTRATOS DO EMPRESÁRIO 17
2. A GLOBALIZAÇÃO E O DIREITO CONTRATUAL 19
3. EVOLUÇÃO DO DIREITO CONTRATUAL 20
   3.1. A Lei das Partes 21
   3.2. A Liberdade que Escraviza 23
   3.3. Os Iguais e os Desiguais 26
4. OS CONTRATOS EMPRESARIAIS 29
   4.1. Princípio da autonomia da vontade 31
   4.2. Princípio da vinculação dos contratantes ao contrato .. 32
   4.3. Princípio da proteção do contratante dependente 34
   4.4. Princípio da eficácia dos usos e costumes 36
   4.5. Princípio da supletividade 36
5. CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS 37
6. CONTRATOS EMPRESARIAIS E A LIVRE CONCORRÊNCIA 40

CAPÍTULO 36 – O COMÉRCIO ELETRÔNICO 44

1. INTRODUÇÃO 45
2. O ESTABELECIMENTO VIRTUAL 47
   2.1. Virtualidade do Acesso 47
   2.2. Nome de Domínio e Endereço Eletrônico 49
3. O CONTRATO ELETRÔNICO 50
4. O COMÉRCIO ELETRÔNICO E AS RELAÇÕES DE CONSUMO ... 54
   4.1. Requisitos Jurídicos do *Website* 55
   4.2. Publicidade nos Estabelecimentos Virtuais 57
   4.3. Direito de Arrependimento 58

STJ00109434 - V.3

5. O COMÉRCIO ELETRÔNICO E AS RELAÇÕES INTEREMPRESARIAIS 61

CAPÍTULO 37 – COMPRA E VENDA MERCANTIL 64

1. INTRODUÇÃO 65
2. ELEMENTOS DO CONTRATO 67
3. FORMAÇÃO DO CONTRATO 71
4. OBRIGAÇÕES DO VENDEDOR 74
5. OBRIGAÇÕES DO COMPRADOR 77
6. CONTRATO DE FORNECIMENTO 78
7. COMPRA E VENDA NO COMÉRCIO EXTERIOR 81
   7.1. Câmbio 83
   7.2. Custos de Tradição: INCOTERMS 85
8. COMPRA E VENDA DE EMPRESAS 89
   8.1. Fase Preliminar 91
   8.2. Fase da Auditoria 93
   8.3. Fase Negocial 94
   8.4. Fechamento 96

CAPÍTULO 38 – CONTRATOS DE COLABORAÇÃO 98

1. INTRODUÇÃO 99
2. PROTEÇÃO DO INVESTIMENTO DO COLABORADOR 102
3. COLABORAÇÃO POR INTERMEDIAÇÃO 105
   3.1. Distribuição-Intermediação 105
   3.2. Concessão Mercantil 110
4. COLABORAÇÃO POR APROXIMAÇÃO 114
   4.1. Mandato e Comissão Mercantil 115
   4.2. Representação Comercial Autônoma 116
      4.2.1. Natureza e requisitos do contrato 117
      4.2.2. Indenização do representante 120
   4.3. Agência 123
   4.4. Distribuição-Aproximação 125

CAPÍTULO 39 – CONTRATOS BANCÁRIOS 126

1. INTRODUÇÃO 127

STJ00109434 - V.3

2. DEPÓSITO BANCÁRIO 130
3. MÚTUO BANCÁRIO 131
4. OUTROS CONTRATOS BANCÁRIOS 135
4.1. Aplicação Financeira: os Fundos 135
4.2. Desconto Bancário 136
4.3. Crédito Documentário 137
4.4. Vendor 139
4.5. Garantias Bancárias 140
5. CONTRATOS BANCÁRIOS IMPRÓPRIOS 141
5.1. Fomento Mercantil (*Factoring*) 141
5.2. Arrendamento Mercantil (*Leasing*) 144
5.3. Alienação Fiduciária em Garantia 146

CAPÍTULO 40 – O SEGURO 150
1. INTRODUÇÃO 151
2. O CONTRATO DE SEGURO 153
3. ESPÉCIES DE SEGURO 155
4. SEGUROS EMPRESARIAIS 157
5. RESSEGURO 160

CAPÍTULO 41 – OUTROS CONTRATOS EMPRESARIAIS 162
1. INTRODUÇÃO 163
2. CONTRATOS RELACIONADOS À LOGÍSTICA 163
2.1. Transporte de Carga 164
2.2. Transporte Multimodal de Carga 166
2.3. Fretamento 167
2.3.1. Afretamento a casco nu (BCP) 169
2.3.2. Afretamento por tempo (TCP) 170
2.3.3. Afretamento por viagem (VCP) 171
2.4. Armazenagem 172
3. AGENCIAMENTO DE PUBLICIDADE 173
4. INCUBAÇÃO DE EMPRESAS (*START UP*) 175

STJ00109434 - V.3

CAPÍTULO 42 – O EMPRESÁRIO E A RELAÇÃO DE CONSUMO 178
1. INTRODUÇÃO: A RELAÇÃO DE CONSUMO 179
2. A APLICAÇÃO DO CDC AOS CONTRATOS ENTRE EMPRESÁRIOS 181
2.1. O Empresário como Consumidor 182
2.2. O Empresário como Contratante Vulnerável 186
3. OS ENTES DESPERSONALIZADOS NA RELAÇÃO DE CONSUMO 189

CAPÍTULO 43 – A TUTELA CONTRATUAL DOS CONSUMIDORES 192
1. CONTRATO DE CONSUMO 193
2. PRINCÍPIOS DA TUTELA CONTRATUAL DOS CONSUMIDORES 194
2.1. Princípio da Transparência e o Direito à Informação 194
2.1.1. Transparência nas cláusulas contratuais 195
2.1.2. Transparência na concessão de crédito 197
2.2. Princípio da Irrenunciabilidade de Direitos e a Autonomia da Vontade 200
2.3. Princípio do Equilíbrio Contratual e a Vulnerabilidade do Consumidor 202
2.4. Cláusulas Abusivas 204
3. FORMAÇÃO DO CONTRATO DE CONSUMO 206
3.1. Dever de Contratar 206
3.2. Caráter Vinculativo da Publicidade 208
4. INSTRUMENTO CONTRATUAL (CONDIÇÕES GERAIS DE NEGÓCIO E CONTRATO DE ADESÃO) 210
4.1. Interpretação Favorável aos Consumidores 211
4.2. Prevalência das Cláusulas Pactuadas Individualmente 213

SÉTIMA PARTE

DIREITO DAS EMPRESAS EM CRISE

CAPÍTULO 44 – A EMPRESA EM CRISE 218
1. INTRODUÇÃO 219
2. SOLUÇÃO DE MERCADO E RECUPERAÇÃO DA EMPRESA 221
3. A REFORMA DO DIREITO FALIMENTAR 223
4. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS À CRISE NA EMPRESA 226
4.1. Princípio da inerência do risco 226

STJ00109434 - V.3

4.2. Princípio do impacto social da crise da empresa 227
4.3. Princípio da transparência nos processos de falência e recuperação judicial 229
4.4. Princípio do tratamento paritário dos credores do falido 229
5. OBSERVAÇÃO 229

CAPÍTULO 45 – A INSTAURAÇÃO DA FALÊNCIA 230
1. PRESSUPOSTOS DA FALÊNCIA 231
1.1. Devedor Sujeito a Falência 235
1.2. Insolvência 238
1.2.1. Impontualidade injustificada 239
1.2.2. Execução frustrada 241
1.2.3. Atos de falência 242
2. PEDIDO DE FALÊNCIA 244
2.1. Sujeito Ativo 244
2.2. Competência e Universalidade do Juízo Falimentar 246
2.3. Rito 249
2.4. Ministério Público no Pedido de Falência 251
3. SENTENÇA DECLARATÓRIA DA FALÊNCIA 251
3.1. Conteúdo e Publicidade 252
3.2. Recursos 254
4. A DENEGAÇÃO DA FALÊNCIA 255
5. A ADMINISTRAÇÃO DA FALÊNCIA 257
5.1. Administrador Judicial 258
5.2. Assembleia dos Credores 262
5.3. Comitê 263

CAPÍTULO 46 – EFEITOS DA FALÊNCIA 264
1. DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE FALIDA 265
2. SÓCIOS DA SOCIEDADE FALIDA 267
3. O PATRIMÔNIO DA SOCIEDADE FALIDA 269
4. OS ATOS DA SOCIEDADE FALIDA 274
4.1. Ineficácia dos Atos da Falida 276

STJ00109434 - V.3

4.2. Ação Revocatória 280

5. OS CONTRATOS DA SOCIEDADE FALIDA 281

5.1. Contratos em Espécie 283

5.1.1. Compra e venda mercantil – falência do comprador 283

5.1.2. Compra e venda mercantil – falência do vendedor 285

5.1.3. Reserva de domínio 285

5.1.4. Compra e venda a termo 286

5.1.5. Compromisso de compra e venda 286

5.1.6. Locação empresarial 286

5.1.7. Conta-Corrente 288

5.1.8. Contratos de consumo 288

5.1.9. Alienação fiduciária em garantia 289

5.1.10. Contratos em moeda estrangeira 290

5.1.11. Contrato de câmbio 290

5.1.12. Depósito em armazém-geral 291

5.1.13. Contratos de trabalho 292

5.1.14. Contratos administrativos 293

5.1.15. Contrato de compensação e liquidação 294

5.1.16. Patrimônio de afetação 294

5.1.17. Compensação 294

5.2. Prescrição das Obrigações da Falida 295

6. OS CREDORES DA SOCIEDADE FALIDA 296

6.1. Credores Admitidos 297

6.2. Efeitos da Falência em Relação aos Credores 299

6.2.1. Massa falida 299

6.2.2. Execuções individuais 300

6.2.3. Equalização dos créditos 301

6.3. Classificação dos Credores 302

CAPÍTULO 47 – PROCESSO DA FALÊNCIA 304

1. INTRODUÇÃO 305

STJ00109434 - V.3

2. FASE DE CONHECIMENTO 306
2.1. Pedidos de Restituição 307
2.1.1. A restituição do "caput" do art. 85 309
2.1.2. A restituição do parágrafo único do art. 85 310
2.1.3. A restituição de adiantamento ao exportador 311
2.1.4. A restituição do art. 136 313
2.1.5. Rito 314
2.2. A Verificação de Crédito 315
3. A LIQUIDAÇÃO 319
3.1. Venda dos Bens 320
3.1.1. Venda ordinária 320
3.1.2. Venda extraordinária 323
3.1.3. Venda sumária 325
3.1.4. A questão da sucessão 325
3.1.5. Impugnação à venda 327
3.2. Cobrança dos Devedores 328
3.3. Os Pagamentos na Falência 329
3.3.1. Credores da massa 330
3.3.2. Restituições em dinheiro 332
3.3.3. Credores da sociedade falida 334
3.3.3.1. Empregados e equiparados 334
3.3.3.2. Credores com garantia real 337
3.3.3.3. Fisco 338
3.3.3.4. Credores com privilégio especial 341
3.3.3.5. Credores sujeitos a rateio 342
3.3.3.6. Credores subquirografários 344
3.3.3.7. Juros e correção monetária 346
3.3.4. Sócios ou acionistas 347
3.3.5. Síntese 348
4. ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA 349

STJ00109434 - V.3

CAPÍTULO 48 – RECUPERAÇÃO DA EMPRESA 350
1. INTRODUÇÃO 351
1.1. Viabilidade da Empresa 352
1.2. Meios de Recuperação da Empresa 355
2. ÓRGÃOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL 361
2.1. Assembleia dos Credores 361
2.1.1. Participantes da Assembleia dos Credores 363
2.1.2. Instâncias da Assembleia dos Credores 365
2.1.3. Quóruns de deliberação 366
2.2. Comitê 368
2.3. Administrador Judicial 371
3. PROCESSO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL 373
3.1. Fase Postulatória 373
3.1.1. Sujeito ativo 374
3.1.2. A petição inicial 376
3.1.3. O despacho de processamento e seus efeitos 381
3.2. Verificação dos Créditos 383
3.3. O Plano de Recuperação Judicial 384
3.4. Concessão da Recuperação Judicial 387
3.5. Execução do Plano 389
3.6. Recuperação Judicial de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte 392
3.7. Convolação em Falência 393
4. RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL 394
4.1. Homologação Facultativa 396
4.2. Homologação Obrigatória 398
4.3. Os Credores na Recuperação Extrajudicial 400

CAPÍTULO 49 – A FALÊNCIA DO EMPRESÁRIO INDIVIDUAL 402
1. INTRODUÇÃO 403
2. PESSOA E BENS DO EMPRESÁRIO INDIVIDUAL FALIDO 404
3. REABILITAÇÃO DO FALIDO 406

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO 410

BIBLIOGRAFIA 416